

Brasil define posição sobre dívida

2 JUN 1984

Brasília — Os Ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, vão se reunir na próxima segunda ou terça-feira com o Chanceler Saraiva Guerreiro para acertar a posição que o Brasil levará à reunião dos países devedores da América Latina. A reunião será realizada nos dias 14 e 15 deste mês, mas ainda não houve entendimento sobre a sede do encontro.

O porta-voz do Itamarati, Bernardo Pericás, informou ontem, na Base Aérea, logo após a chegada do Presidente Figueiredo, que a nota conjunta assinada no último dia 19, por Brasil, México, Argentina e Colômbia, alertando para a gravidade da continuada elevação dos juros internacionais, será enviada aos Governos de sete países industrializados, antes da reunião de Londres.

Repercussão

A reunião de cúpula dos sete países industrializados — Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Canadá, Itália e Japão — terá início na quinta-feira, dia 7.

Segundo Pericás, durante a viagem presidencial ao Japão e à China, o Chanceler Saraiva Guerreiro recebeu comunicações dos Governos da Inglaterra e da Alemanha Ocidental considerando positiva a declaração conjunta.

Lembrou também que o Primeiro-Ministro japonês, Yasuhiro Nakasone, manifestou o seu apoio e assegurou que na reunião dos sete grandes falará em favor dos países em desenvolvimento com elevadas dívidas externas. O apoio japonês foi considerado por uma fonte diplomática como uma grande conquista, porque o Japão é um país "linha-dura" em termos de negociação de dívidas.

Segundo Pericás, os Ministros Saraiva Guerreiro e Delfim Neto já delinearam algumas propostas que serão apresentadas na reunião dos latino-americanos, durante uma conversa na China.

O que ocorreu com a Bolívia (que pediu moratória) é uma demonstração concreta do que está diagnosticado na nota conjunta. Lá está dito também que os quatro países signatários pretendem cumprir seus compromissos financeiros — afirmou Pericás.

Uma destacada fonte diplomática assegurou que não existem conflitos ou superposição de poderes entre o Itamarati e os ministérios econômicos. A nota conjunta assinada foi apoiada pelo Presidente Figueiredo porque ele "estava agastado com a situação econômica", informou a fonte.

A intenção ao reunir os quatro Governos latino-americanos para propor nova modalidade de renegociação da dívida externa foi a de estabelecer um parâmetro político que permita a recomposição da capacidade de recuperação econômica destes países.

O importante para estes países é saber como pagar a dívida, afirmou a fonte, mas os problemas de caixa do dia-a-dia continuarão a ser tratados normalmente e sob o comando dos ministérios econômicos. É natural que haja uma certa expectativa quando ao resultado da reunião, especialmente porque "há nervosismo" nos meios financeiros internacionais, devido ao efeito da alta dos juros em alguns bancos que concederam grande volume de créditos à América Latina.